



PROCESSO Nº: 0401160000812026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026	Data de Abertura: 03/07/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO		
Objeto			
Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de prateleira, em ambiente web (SaaS – Software as a Service), com serviços de implantação, parametrização, migração de dados (quando aplicável), treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, destinada à modernização e ao aprimoramento da gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo.			
Valor estimado			
R\$ 193.396,40 (Cento e noventa e três mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR GLOBAL
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 10,00 (Dez Reais)			
Pregoeiro			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .			
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			



PREAMBULO

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO, sediado(a) no(a) Avenida da Liberdade nº 50 - Centro, Arraial do Cabo, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa *aberto*, tendo como critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL**, nos termos do Processo Administrativo nº ARC 0401160000812026, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e dos demais normativos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o (a) Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de prateleira, em ambiente web (SaaS – Software as a Service), com serviços de implantação, parametrização, migração de dados (quando aplicável), treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, destinada à modernização e ao aprimoramento da gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma licitanet (www.licitanet.com.br).

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens com valor estimado abaixo de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) somente será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.7 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.7.2 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.7.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderão participar da mesma licitação, desde que não reste caracterizada, no caso concreto, situação que comprometa a competitividade, a isonomia entre os licitantes ou a independência das propostas, hipótese em que será promovida a devida apuração pela Administração, com base em elementos objetivos constantes dos autos.

2.7.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.5 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8 A vedação de que trata o item 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.12. A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados



extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.13. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.14. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

2.14.1. as empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;

2.14.2. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.14.3. o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato, nos termos do compromisso firmado conforme item 2.14.1;

2.14.4. as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

2.14.5. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas



de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7 está ciente da obrigação de cumprimento de cota de aprendiz, na forma dos artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, e da necessidade de comprovar o cumprimento dessa exigência, por meio de certidão, no momento de assinatura do contrato;

3.3.8 não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no ente licitante ou sanções de alcance nacional, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item anterior impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item 3.4 apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 A falsidade das declarações de que tratam o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.19 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.20 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

4.2.2 Quantidade.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na



fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste Edital.

5.6 O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 10,00 (Dez Reais).
- 5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).



5.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.17.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.17.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.17.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.17.2.2 Empresas brasileiras.

5.17.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.



5.17.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.21 A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

5.22 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.22.1 conter vícios insanáveis;

5.22.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.22.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.22.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.22.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.23 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.



5.35 É índice de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

5.36 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

5.36.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.36.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.37 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.38 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.39 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.40 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.41 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.42 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

6 -DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);



c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4. 1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.4.2. Constatada a existência de sanção administrativa vigente que impeça a participação em licitações ou a contratação com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021 ou de legislação correlata, o licitante será reputado inabilitado, por ausência de condição de participação no certame.

6.4.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto nesse Edital.

6.4.4 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo eles:

6.5 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos de identificação dos sócios ou administradores com poderes de representação;

II- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

III- Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais;

IV- Certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública Estadual, observada, quando aplicável, a Resolução Conjunta PGE/SER nº33/2024;

V- Certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública Municipal do domicílio da entidade;

VI- Certidão de regularidade municipal, quando exigível;

VII- Certidão negativa de débitos trabalhistas;

VIII- Certidão de regularidade relativa a Seguridade Social e ao FGTS;



-
- IX- Certidões emitidas pelos cadastros CEIS e CNEP;
- X- Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, na forma da legislação aplicável;
- XI- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- XII- Declaração de que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- XIII- Declaração de cumprimento da reserva legal, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, conforme art. 116 da Lei nº14133/2021.

6.5.1 – Da Qualificação Técnica:

6.5.1.1 Qualificação Técnica – Para fins de habilitação técnica, observado o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de aptidão para execução da parcela de maior relevância técnica do objeto, consistente no fornecimento, implantação e operacionalização de solução tecnológica em ambiente web (SaaS), mediante apresentação da seguinte documentação:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou satisfatoriamente serviços compatíveis com o objeto desta contratação, envolvendo, no mínimo, o fornecimento e implantação de sistema informatizado em ambiente web (SaaS), com funcionalidades de gestão, controle cadastral, emissão de documentos eletrônicos ou funcionalidades equivalentes;
- Comprovação de que a licitante é desenvolvedora, proprietária, detentora dos direitos de comercialização ou representante legalmente autorizada da solução ofertada, quando aplicável;
- Declaração de que a solução ofertada atende aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante e deverão demonstrar experiência compatível com a parcela de maior relevância técnica do objeto contratado.

6.5.1.3 Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a compatibilidade com as características, quantidades e prazos do objeto da contratação.

6.6 Demais Documentos de Habilitação

6.6.1 Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Estado onde tiver sede o particular;

6.6.2 Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte,



nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;

6.6.3 Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **sendo tácita quando omitida.**

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.7 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.8 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia devidamente autenticada ou qualquer outro meio admitido pela Administração pública.

6.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no Art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.14 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo Município.

6.15 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).



- 6.16 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.17 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 6.18 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor.
- 6.19 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor colocado.
- 6.20 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 6.20.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.20.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.21 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.22 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 6.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem
- 6.24 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.25 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.26 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



6.27 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.28 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.29 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

6.30 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.31 Caso seja feita a opção pela opção da certidão referida no item 6.14, esta seguirá, como prazo de validade, a sistemática própria estabelecida em âmbito federal constante do SICAF.

7 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA FASE RECURSAL

7.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do portal do LICITANET e por e-mail no endereço: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

7.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, devidamente motivada, a ser decidida pela autoridade competente, mediante provocação do Pregoeiro.

7.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.7 Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.8 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



7.9 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional compras.licitacao@arraial.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

7.9.1. da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.9.2 partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

7.9. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

7.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.11 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO E DA PROVA DE CONCEITO

8.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento.

8.2. PROVA DE CONCEITO (POC)

8.3 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá realizar Prova de Conceito (POC), destinada à comprovação prática da aderência da solução ofertada aos requisitos funcionais e técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 A convocação para realização da POC será efetuada pela Administração após a fase de julgamento das propostas, devendo a demonstração ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal.

8.5 A Prova de Conceito será conduzida por comissão ou equipe técnica designada pela Administração, que avaliará objetivamente o atendimento aos requisitos previstos neste Termo de Referência.



8.6 A demonstração deverá ocorrer em ambiente disponibilizado pela licitante, plenamente operacional, permitindo a validação das funcionalidades e recursos ofertados.

8.7 Serão avaliadas, no mínimo, as seguintes funcionalidades essenciais:

I - Portal público responsivo para divulgação da oferta turística municipal;

II - Módulo administrativo (backoffice) para gestão de conteúdos, cadastros e fluxos internos;

III - Cadastro e gestão de prestadores de serviços turísticos;

IV - Cadastro e controle de veículos vinculados à atividade turística;

V - Emissão e validação de autorizações, permissões e documentos com QR Code ou mecanismo equivalente;

VI - Controle documental com alertas automáticos de vencimento;

VII - Inventário da oferta turística municipal;

VIII - Módulo de eventos e calendário turístico;

IX - Módulo de ouvidoria e atendimento ao turista;

X - Painéis gerenciais e relatórios estratégicos;

XI - Perfis de acesso com controle de permissões e rastreabilidade de operações.

8.8 A solução será considerada aprovada na Prova de Conceito caso demonstre o atendimento integral das funcionalidades essenciais previstas neste Termo de Referência.

8.9 Ao término da avaliação, a comissão técnica elaborará relatório circunstanciado contendo o resultado da verificação, indicando objetivamente o atendimento ou não dos requisitos avaliados.

8.10 Na hipótese de reprovação da solução na Prova de Conceito, a proposta da licitante será desclassificada, sendo convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para realização de nova Prova de Conceito, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.11 A Prova de Conceito possuirá caráter exclusivamente técnico e objetivo, sendo vedada a utilização de critérios subjetivos de avaliação, devendo ser observados os princípios da isonomia, da transparência, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

9 - DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente das atividades acessórias, complementares ou instrumentais à execução do objeto, desde que não integrem o núcleo essencial da solução contratada e



que haja prévia e expressa autorização da Administração.

9.2. Poderão ser subcontratados, entre outros serviços correlatos, os serviços de treinamento de usuários, migração de dados, suporte operacional de primeiro nível, hospedagem em infraestrutura de terceiros (data center ou cloud provider), bem como outras atividades auxiliares que não impliquem transferência da responsabilidade técnica pela solução.

9.3. Não será admitida a subcontratação das atividades essenciais relacionadas ao fornecimento da licença de uso da solução, parametrização, administração da plataforma, gestão do sistema, manutenção corretiva e evolutiva, suporte técnico especializado e demais funcionalidades que constituam o objeto principal da contratação.

9.4. A subcontratação ficará limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, vedada a subcontratação integral do objeto.

9.5. A empresa subcontratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária compatível com a atividade a ser executada, sempre que solicitado pela Administração.

9.6. A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive pelas atividades eventualmente subcontratadas, não havendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. A autorização para subcontratação não exime a contratada do cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais e regulamentares assumidas perante a Administração.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO

10.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

10.2. O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

10.3. A fiscalização técnica será exercida nos termos previstos no Termo de Referência – Anexo I.

10.4. O objeto poderá ser alterado de acordo com o disposto no Art. 124, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 14.133/2021.

11. PRAZO CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação.



12. REAJUSTE

12.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

12.2. O marco inicial para a concessão do reajuste será a data do orçamento estimado da contratação, em conformidade com o disposto no §3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou impossibilidade de utilização do IPCA, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na sua ausência, outro índice que reflita a variação dos custos do setor, mediante justificativa e observância da legislação aplicável.

12.4. O reajuste será aplicado mediante solicitação da contratada e análise da Administração, devendo ser formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº14.133/2021 a contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação necessária para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando caracterizada inexecução parcial de menor gravidade, nos termos do art. 156 §2º, da Lei nº14133/2021;

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g que justifiquem a imposição de penalidade grave (art. 156, §5º, da Lei);

iv) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da parcela;

(2) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156 §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ((art. 156, §7º).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação (art. 157).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de



inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art.156 §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referidas Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.9. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº14.133/2021.

14 - **DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DE PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Arraial do Cabo, 16 de Junho de 2026.

Diogo dos Santos de Moraes

Secretário Municipal de Compras e Licitações

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA



1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de prateleira, em ambiente web (SaaS – Software as a Service), com serviços de implantação, parametrização, migração de dados (quando aplicável), treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, destinada à modernização e ao aprimoramento da gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo, em conformidade com a Lei nº14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.2. A solução deverá contemplar sistema informatizado integrado para gestão do turismo municipal, incluindo, no mínimo:

- a) Portal público responsivo para divulgação da oferta turística municipal;
- b) Módulo administrativo (backoffice) para gestão de conteúdos, cadastrados e fluxos internos;
- c) Cadastro e gestão de prestadores de serviços turísticos;
- d) Cadastro e controle de veículos vinculados à atividade turística;
- e) Emissão e validação de autorizações, permissões e documentos com QR Code ou mecanismo equivalente de autenticação;
- f) Controle documental com alertas automáticos de vencimento;
- g) Inventário da oferta turística municipal;
- h) Módulo de eventos e calendário turístico;
- i) Módulo de ouvidoria e atendimento ao turista;
- j) Painéis gerenciais e relatórios estratégicos;
- k) Perfis de acesso com controle de permissões e rastreabilidade de operações (logs);
- l) Possibilidade de integração com bases de dados ou sistemas externos utilizados pela Administração Pública, quando tecnicamente viável, tais como sistemas de cadastro municipal, sistemas de gestão administrativa ou tributária, plataformas institucionais de atendimento ao cidadão e outras bases relacionadas à gestão do turismo, com a finalidade de viabilizar o



intercâmbio de informações, evitar duplicidade de registros e aprimorar a gestão dos dados institucionais, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados.

1.3.A solução deverá ser disponibilizada no modelo de serviço continuado, hospedada em ambiente seguro de responsabilidade da contratada, garantindo níveis adequados de disponibilidade, integridade, confidencialidade e proteção de dados, observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

1.4.A contratação compreende:

- Licença de uso mensal do sistema;
- Implantação e parametrização inicial conforme necessidades da Secretaria;
- Treinamento dos servidores designados para utilização da plataforma;
- Suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual;
- Atualizações legais, corretivas e evolutivas necessárias ao pleno funcionamento do sistema.

1.5. Não constitui objeto desta contratação o desenvolvimento de software sob encomenda, sendo vedada a exigência de customizações que descaracterizem a natureza de solução de prateleira, admitindo-se exclusivamente parametrizações, configurações e ajustes compatíveis com a arquitetura original do sistema.

1.6.A presente contratação caracteriza-se como serviço comum de tecnologia da informação, de natureza continuada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por envolver solução padronizada disponível no mercado, com especificações usuais e amplamente ofertadas por diversos fornecedores.

1.7. Capacidade e Escalabilidade da Solução

A solução deverá possuir capacidade técnica compatível com a demanda da Administração, garantindo desempenho adequado e estabilidade de funcionamento.

Para fins de dimensionamento mínimo, a solução deverá suportar, no mínimo:

- Até 50 usuários internos cadastrados na plataforma;
- Acesso simultâneo de até 20 usuários internos, sem degradação significativa de desempenho;



- Cadastro e gestão de registros relacionados à atividade turística municipal, incluindo prestadores de serviços, veículos vinculados, eventos, documentos e demais dados necessários à gestão do turismo.

A solução deverá permitir expansão do número de usuários e do volume de registros ao longo da vigência contratual, sem necessidade de alteração estrutural da plataforma e sem custo adicional para a Administração, desde que mantida a natureza institucional de uso pela contratante.

A arquitetura da solução deverá ser escalável, possibilitando crescimento da base de dados e do volume de acessos sem comprometimento da disponibilidade, segurança ou desempenho do sistema.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1.Fundamentação Legal

- 2.1.1.** A presente contratação será realizada em conformidade com a Lei nº14.133/2021, que institui normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.
- 2.1.2.** O objeto caracteriza-se como serviço comum de tecnologia da informação, de natureza continuada, por se tratar de solução padronizada disponível no mercado, com especificações usuais e amplamente ofertadas por diversos fornecedores, enquadrando-se, portanto, na modalidade de licitação pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 28 da Lei nº14133/2021.
- 2.1.3.** A contratação encontra-se devidamente precedida de Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do art.18 da Lei nº14.133/2021, no qual foram analisadas as necessidades da Administração, as alternativas disponíveis no mercado, a viabilidade técnica e econômica da solução e a estimativa de preços.
- 2.1.4.** O presente Termo de Referência foi elaborado em observância ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, e art. 40 da Lei nº14133/2021, contemplando a definição precisa do objeto, os requisitos técnicos, as condições de execução e os critérios de medição e pagamento.
- 2.1.5.** A execução contratual observará, ainda, as disposições da Lei nº13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), especialmente



no que se refere ao tratamento e à proteção de dados pessoais eventualmente inseridos ou processados pela solução contratada.

- 2.1.6.** Aplicam-se subsidiariamente as demais normas pertinentes à matéria, inclusive regulamentos municipais vigentes, quando houver.

2.2. Justificativa da Contratação

- 2.2.1.** A Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico do Município, considerando que o turismo constitui uma das principais atividades geradoras de emprego, renda e projeção institucional.

- 2.2.2.** Atualmente, parte significativa dos procedimentos administrativos relacionados à gestão turística, tais como cadastro de prestadores de serviços, controle de veículos turísticos, emissão de autorizações, organização de eventos e gestão de informações estratégicas, é realizada de forma descentralizada e, em determinados casos, com utilização de controles manuais ou ferramentas não integradas, o que compromete a eficiência, a rastreabilidade, a confiabilidade dos dados e a tomada de decisão.

- 2.2.3.** A contratação de solução tecnológica integrada visa:

- Modernizar a gestão administrativa da Secretaria;
- Garantir maior controle, transparência e organização das informações;
- Padronizar procedimentos e fluxos internos;
- Otimizar o atendimento ao trade turístico e aos visitantes;
- Disponibilizar dados estratégicos para planejamentos e formulação de políticas públicas;
- Reduzir riscos operacionais decorrentes de controles manuais e sistema fragmentado.

- 2.2.4.** O Estudo Técnico Preliminar concluiu que a adoção de solução de prateleira, no modelo SaaS (Software as a Service), com parametrização conforme as necessidades do Município, apresenta-se como alternativa técnica e economicamente mais vantajosa, evitando custos elevados de desenvolvimento sob encomenda, reduzindo riscos tecnológicos e garantindo atualização contínua da plataforma.



2.2.5. A natureza da solução demanda prestação continuada, uma vez que o sistema será utilizado de forma permanente para execução das atividades administrativas da Secretaria, sendo imprescindível a manutenção do suporte técnico, das atualizações e da disponibilidade da infraestrutura tecnológica durante toda a vigência contratual.

2.2.6. A contratação, portanto, revela-se necessária, adequada e proporcional às demandas institucionais da Secretaria Municipal de Turismo, estando alinhada ao interesse público e às diretrizes da gestão municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de sistema informatizado de gestão integrada do turismo municipal, disponibilizado em ambiente web, no modelo SaaS (Software as a Service), incluindo licença de uso, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e atualizações durante toda a vigência contratual.

3.2. Da Infraestrutura Tecnológica e Hospedagem da Solução

A solução deverá ser disponibilizada em ambiente tecnológico seguro, estável e compatível com sistema de prateleira, hospedado em infraestrutura tecnológica de responsabilidade integral da empresa contratada, em ambiente de nuvem computacional ou datacenter profissional que atenda a padrões reconhecidos de segurança da informação, continuidade do serviço e disponibilidade.

A solução deverá observar o princípio da soberania de dados, garantindo que:

- Os dados sejam armazenados preferencialmente em datacenters localizados em território nacional;
- Caso haja armazenamento ou processamento em infraestrutura localizada no exterior, seja assegurada plena conformidade com a legislação brasileira aplicável, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), mediante cláusulas contratuais específicas de proteção;
- A Administração mantenha pleno controle jurídico e administrativo sobre suas informações, independentemente da localização física da infraestrutura utilizada.

O sistema deverá ser acessível via internet, por meio de navegador web atualizado, sem necessidade de instalação local ou desenvolvimento sob encomenda, possuindo interface responsiva que permita sua utilização em computadores, notebooks, tablets e smartphones.



Caberá exclusivamente à contratada a disponibilização, manutenção, monitoramento, atualização e suporte dos recursos tecnológicos necessários à plena execução do objeto contratado.

A solução deverá observar boas práticas de segurança da informação, incluindo, no mínimo:

- a) controle de acesso por perfis de usuário com autenticação individualizada;
- b) rastreabilidade das operações realizadas (registros de logs);
- c) garantia de integridade das informações;
- d) confidencialidade dos dados;
- e) garantia de disponibilização contínua do serviço;
- f) armazenamento seguro dos dados gerados.

A infraestrutura deverá assegurar que todos os recursos tecnológicos necessários à plena execução do objeto sejam providos pela contratada, não sendo exigida da Administração a disponibilização de servidores ou estrutura própria de hospedagem.

3.3.O ciclo de vida da solução compreende as seguintes etapas:

I. Planejamento e Implantação

- a) Reunião inicial de alinhamento entre contratada e Secretaria;
- b) Levantamento de parâmetros operacionais necessários à configuração do sistema;
- c) Parametrização da plataforma conforme fluxos administrativos da Secretaria;
- d) Configuração de perfis de acesso e níveis de permissão;
- e) Migração ou inserção inicial de dados, quando aplicável;
- f) Disponibilização de ambiente para testes e validação.

II. Treinamento e Entrada em Operação

- a) Capacitação dos servidores designados para utilização do sistema;
- b) Disponibilização de material de apoio e orientações operacionais;
- c) Início da operação assistida, quando necessário;
- d) Liberação oficial do sistema para uso pleno.

III. Execução Continuada

- a) Disponibilização permanente do sistema em ambiente seguro e estável;



- b) Garantia de níveis adequados de disponibilidade;
- c) Suporte técnico para esclarecimento de dúvidas e solução de falhas;
- d) Atualizações corretivas, adaptativas e evolutivas;
- e) Adequações decorrentes de alterações normativas aplicáveis à atividade turística.

IV. Monitoramento e Gestão

- a) Acompanhamento da utilização da plataforma;
- b) Geração de relatórios gerenciais e estratégicos;
- c) Avaliação periódica do desempenho da solução;
- d) Fiscalização contratual por servidor designado;

V. Encerramento Contratual

- a) Garantia de exportação integral da base de dados em formato aberto, estruturado e interoperável (ex.: CSV, XML ou outro formato amplamente utilizado), assegurando a integridade, completude e consistência das informações;
- b) Disponibilização dos dados no prazo máximo de até 10 (dez) dias após solicitação formal da Administração;
- c) Garantia de reversibilidade dos dados tanto ao término contratual quanto em caso de migração antecipada da solução;
- d) Vedação a qualquer mecanismo de bloqueio tecnológico (vendor lock-in) que impeça ou dificulte a migração futura para outra solução;
- e) Transferência das informações à Administração ao término da vigência;
- f) Exclusão segura dos dados mantidos sob responsabilidade da contratada, observada a LGPD.

3.4.A solução deverá garantir escalabilidade, segurança da informação, proteção de dados pessoais, rastreabilidade das operações e integridade das informações durante todo o seu ciclo de vida.

3.5.Não se trata de aquisição definitiva de software, mas de contratação de serviço continuado de disponibilização e suporte de plataforma tecnológica, cujo funcionamento depende de infraestrutura mantida pela contratada.

4. REQUISITOS DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

4.1.Requisitos Gerais

A solução deverá:



- Ser disponibilizada em ambiente web, acessível por navegadores atualizados, sem necessidade de instalação local complexa;
- Operar no modelo SaaS (Software as a Service), com hospedagem em infraestrutura de responsabilidade da contratada;
- Possuir arquitetura de solução de prateleira, admitindo parametrizações e configurações internas, vedado o desenvolvimento sob encomenda;
- Permitir controle de perfis de acesso com níveis diferenciados de permissão;
- Registrar logs de auditoria das operações realizadas no sistema;
- Garantir disponibilidade adequada do serviço;
- Atender às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº13.709/2018).

4.2.Requisitos Funcionais Mínimos

A solução deverá contemplar, no mínimo:

4.2.1. Portal Público

- a) Layout responsivo;
- b) Divulgação da oferta turística municipal;
- c) Publicação de eventos;
- d) Área de consulta pública e prestadores e autorizações.

4.2.2. Módulo Administrativo

- a) Gestão de conteúdo do portal;
- b) Cadastro e gerenciamento de prestadores de serviços turísticos;
- c) Cadastro e controle de veículos vinculados à atividade turística;
- d) Emissão de autorizações, permissões ou documentos administrativos com mecanismo de validação eletrônica (ex.:QR Code ou similar);
- e) Controle documental com alerta de vencimento;
- f) Inventário da oferta turística municipal;
- g) Gestão de eventos e calendário oficial;
- h) Registro de acompanhamento de manifestações por meio de módulo de ouvidoria;
- i) Emissão de relatórios gerenciais e exportação de dados em formatos usuais (ex.:PDF, CSV ou equivalente).

4.3.Requisitos Técnicos

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:



4.3.1. Segurança do ambiente

- Disponibilização de ambiente seguro com protocolo de comunicação criptografado (HTTPS ou superior);

4.3.2. Backup e Recuperação de Desastres

- Implementação de rotinas automatizadas de backup com periodicidade mínima diária;
- Realização de backup completo periódico, no mínimo semanal;
- Armazenamento das cópias de segurança em ambiente seguro e segregado do ambiente principal de produção;
- Manutenção de política de retenção de backups por prazo mínimo de 30 (trinta) dias;
- Realização de testes periódicos de restauração para validação da integridade das cópias;
- Disponibilização de mecanismo eficaz de restauração de dados em caso de falha, indisponibilidade ou incidente;
- Implementação e manutenção de política formal de backup e recuperação de desastres (Disaster Recovery), incluindo procedimento documentado de recuperação;
- Apresentação formal da política de backup e recuperação à Administração antes da entrada em produção do sistema.

4.3.3. Portabilidade e Integração

- Possibilidade de exportação de dados ao término do contrato, em formato estruturado, interoperável e amplamente utilizado no mercado;
- Compatibilidade com integrações externas, quando tecnicamente viável.

A execução das rotinas de backup, a integridade das cópias de segurança e a disponibilidade dos mecanismos de restauração são de responsabilidade exclusiva da contratada.

4.4. Requisitos de Implantação

- Parametrização inicial conforme necessidade da Secretaria;
- Configuração de perfis de usuários;
- Apoio na organização inicial de dados;



-
- Disponibilização do sistema em ambiente de produção após validação.

4.5. Requisitos de Treinamento

- Capacitação dos servidores designados;
- Fornecimento de material de apoio;
- Possibilidade de suporte inicial assistido após implantação.

4.6. Requisitos de Suporte e Manutenção

- Atendimento remoto para esclarecimento de dúvidas e correção de falhas;
- Atualizações corretivas e evolutivas incluídas na vigência contratual;
- Comunicação formal e indisponibilidades programadas.

5. IMPLANTAÇÃO E PRAZOS

5.1. A implantação da solução deverá ser concluída no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

5.2. Etapas da Implantação

A fase de implantação compreenderá, no mínimo:

- Reunião inicial de alinhamento técnico;
- Parametrização da plataforma conforme fluxos administrativos da Secretaria;
- Configuração de perfis de acessos e permissões;
- Apoio na organização e inserção inicial de dados, quando aplicável;
- Disponibilização do ambiente para testes e validação;
- Ajustes necessários decorrentes da fase de validação.

5.3. Treinamento

O treinamento dos servidores designados deverá ocorrer durante o período de implantação, como condição para liberação definitiva do sistema para uso pleno.

5.4. Aceite e Início da Execução Continuada

Concluída a implantação, será emitido Termo de Aceite pela Secretaria, após verificação do pleno funcionamento da solução conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.



A cobrança da licença mensal somente poderá ocorrer após a disponibilização do sistema em ambiente de produção e emissão do respectivo Termo de Aceite.

5.5. Prazo de Prestação Continuada

Após a implantação, a prestação do serviço ocorrerá de forma continuada durante toda a vigência contratual, garantindo a disponibilidade, suporte técnico e atualizações da plataforma.

6. MODELO DE EXECUÇÃO E NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)

6.1. Modelo de Execução

A execução do objeto dar-se-á sob o regime de prestação de serviço continuado, no modelo SaaS (Software as a Service), com disponibilização da plataforma em ambiente web, hospedado e mantido sob responsabilidade da contratada.

A contratada será responsável por:

- Disponibilizar a solução em ambiente seguro e estável;
- Manter a infraestrutura necessária ao funcionamento do sistema;
- Garantir acesso remoto aos usuários autorizados;
- Realizar manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;
- Prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual.

6.2. Disponibilidade do Sistema

A solução deverá apresentar disponibilidade mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento) do tempo total de operação, excetuadas as hipóteses previstas neste Termo de Referência.

Para fins de mensuração, considera-se disponibilidade o percentual de tempo em que o sistema permanecer acessível e plenamente operacional para os usuários autorizados.

A disponibilidade mensal será calculada com base na seguinte fórmula:

$$\text{Disponibilidade (\%)} = [(\text{Tempo Total do Período} - \text{Tempo de Indisponibilidade}) \div \text{Tempo Total do Período}] \times 100$$

Para fins deste contrato, considera-se:



- **Tempo total do período:** total de horas do mês de referência;
- **Tempo de indisponibilidade:** período em que o sistema estiver totalmente inacessível ou impossibilitado de executar suas funcionalidades essenciais.

Não serão considerados como indisponibilidade para fins de cálculo:

- a) Interrupções programadas previamente comunicadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- b) Eventos de caso fortuito ou força maior;
- c) Falhas decorrentes de infraestrutura, conectividade ou equipamentos da contratante.

As manutenções programadas deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e, preferencialmente, realizadas em períodos de menor utilização do sistema.

A aferição da disponibilidade será realizada mensalmente, com base em registros técnicos da plataforma ou relatórios de monitoramento do serviço, devendo tais informações ser disponibilizadas à fiscalização contratual sempre que solicitado.

Caso a disponibilidade mensal apurada seja inferior ao percentual mínimo estabelecido, poderá ser aplicada glosa proporcional sobre o valor mensal do contrato, conforme critérios definidos no instrumento contratual ou em regulamento interno da Administração.

6.3. Suporte técnico

O suporte técnico deverá ser prestado de forma remota durante toda a vigência contratual, com a finalidade de atender solicitações de esclarecimento de dúvidas, correção de falhas, orientação operacional e manutenção do pleno funcionamento da solução.

O atendimento deverá ocorrer em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados, mediante utilização de canais formais de comunicação disponibilizados pela contratada.

Para situações classificadas como falhas críticas, que impliquem indisponibilidade total da solução ou comprometimento relevante de suas funcionalidades essenciais, a contratada deverá disponibilizar mecanismo de atendimento emergencial, inclusive fora do horário comercial, quando necessário para restabelecimento do serviço.



O acionamento do suporte técnico deverá ocorrer por meio de canais formais que permitam registro e rastreabilidade das solicitações, tais como:

- sistema eletrônico de abertura de chamados (helpdesk ou service desk);
- endereço eletrônico institucional destinado ao suporte;
- ou outro canal equivalente que permita o acompanhamento do atendimento.

As ocorrências deverão ser tratadas conforme o grau de criticidade, observando-se os seguintes parâmetros mínimos de atendimento:

Falha crítica – indisponibilidade total no sistema ou comprometimento de funcionalidade essencial:

- início do atendimento em até 4 horas úteis;
- prazo estimado de solução ou restabelecimento do serviço em até 8 horas úteis, sempre que tecnicamente possível.

Falha média – funcionalidade parcialmente comprometida sem interrupção total do serviço:

- início do atendimento em até 8 horas úteis;
- prazo estimado de solução em até 2 dias úteis.

Baixa criticidade ou dúvidas operacionais – solicitações de orientação, ajustes simples ou esclarecimentos:

- atendimento em até **2 dias úteis**.

Todas as solicitações de suporte deverão possuir registro formal que permita o acompanhamento pela fiscalização contratual.

6.4. Atualizações e Manutenções

Estão incluídas na contratação:

- Atualizações corretivas para solução de falhas;
- Atualizações adaptativas decorrente de alterações legais;
- Melhorias evolutivas disponibilizadas de forma geral pela plataforma, sem custo adicional.

Não estão incluídas customizações específicas que descaracterizem a natureza de solução de prateleira.



6.5.Segurança da Informação

A contratada deverá:

- Garantir backup periódico das informações;
- Assegurar integridade e confidencialidade dos dados;
- Adotar medidas de proteção compatíveis com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
- Disponibilizar os dados à Administração ao término do contrato.

A contratada deverá ainda possuir Plano de Continuidade de Negócios (Business Continuity Plan – BCP) ou mecanismo equivalente, contemplando procedimentos para manutenção e recuperação da operação da solução em situações de incidentes críticos, falhas de infraestrutura ou eventos que comprometam a disponibilidade do serviço.

O plano deverá contemplar, no mínimo:

- **RTO (Recovery Time Objective)** – tempo máximo estimado para restabelecimento da solução após incidente crítico;
- **RPO (Recovery Point Objective)** – limite máximo aceitável de perda de dados em caso de falha ou interrupção do serviço.

Sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a contratada deverá demonstrar a existência e a aplicabilidade dos procedimentos de continuidade e recuperação do serviço, garantindo a retomada tempestiva das operações.

A solução poderá utilizar infraestrutura de armazenamento de dados em ambiente de computação em nuvem, inclusive localizada fora do território nacional, desde que observadas integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

Nessas hipóteses, a contratada deverá assegurar que o tratamento e o armazenamento das informações ocorram em ambientes que adotem padrões adequados de segurança da informação, bem como garantir que a Administração Pública mantenha pleno controle jurídico e acesso aos dados, mediante salvaguardas contratuais apropriadas.



A eventual transferência internacional de dados deverá observar os mecanismos de proteção previstos na legislação brasileira, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações institucionais.

6.6. Auditoria e Monitoramento do Serviço

A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, realizar verificações técnicas ou auditorias relacionadas ao desempenho, à disponibilidade e ao cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

Para esse fim, a contratada deverá garantir à fiscalização contratual acesso, quando solicitado, a registros técnicos e evidências operacionais, incluindo, quando aplicável:

- Registros de logs de acesso e de operações do sistema;
- Relatórios de disponibilidade de desempenho da plataforma;
- Evidências de monitoramento do serviço e cumprimento dos níveis de serviço (SLA);
- Registro de incidentes, falhas e respectivos tempos de resolução.

O acesso às informações deverá observar as boas práticas de segurança da informação e proteção de dados, bem como as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

As informações fornecidas deverão possibilitar à Administração verificar o cumprimento das obrigações contratuais e subsidiar a fiscalização do contrato, fortalecendo os mecanismos de governança e accountability na gestão pública.

7. PROVA DE CONCEITO (POC)

7.1. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá realizar Prova de Conceito (POC), destinada à comprovação prática da aderência da solução ofertada aos requisitos funcionais e técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. A convocação para realização da POC será efetuada pela Administração após a fase de julgamento das propostas, devendo a demonstração ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal.

7.3. A Prova de Conceito será conduzida por comissão ou equipe técnica designada pela Administração, que avaliará objetivamente o atendimento aos requisitos previstos neste Termo de Referência.



7.4.A demonstração deverá ocorrer em ambiente disponibilizado pela licitante, plenamente operacional, permitindo a validação das funcionalidades e recursos ofertados.

7.5.Serão avaliadas, no mínimo, as seguintes funcionalidades essenciais:

- I - Portal público responsivo para divulgação da oferta turística municipal;
- II - Módulo administrativo (backoffice) para gestão de conteúdos, cadastros e fluxos internos;
- III - Cadastro e gestão de prestadores de serviços turísticos;
- IV - Cadastro e controle de veículos vinculados à atividade turística;
- V - Emissão e validação de autorizações, permissões e documentos com QR Code ou mecanismo equivalente;
- VI - Controle documental com alertas automáticos de vencimento;
- VII - Inventário da oferta turística municipal;
- VIII - Módulo de eventos e calendário turístico;
- IX - Módulo de ouvidoria e atendimento ao turista;
- X - Painéis gerenciais e relatórios estratégicos;
- XI - Perfis de acesso com controle de permissões e rastreabilidade de operações.

7.6.A solução será considerada aprovada na Prova de Conceito caso demonstre o atendimento integral das funcionalidades essenciais previstas neste Termo de Referência.

7.7.Ao término da avaliação, a comissão técnica elaborará relatório circunstanciado contendo o resultado da verificação, indicando objetivamente o atendimento ou não dos requisitos avaliados.

7.8.Na hipótese de reprovação da solução na Prova de Conceito, a proposta da licitante será desclassificada, sendo convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para realização de nova Prova de Conceito, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.9.A Prova de Conceito possuirá caráter exclusivamente técnico e objetivo, sendo vedada a utilização de critérios subjetivos de avaliação, devendo ser observados os princípios da isonomia, da transparência, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE



8.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência e no contrato:

- Disponibilizar a solução tecnológica conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- Realizar a implantação e parametrização da plataforma dentro do prazo estabelecido;
- Prestar treinamento aos servidores designados pela Secretaria de Turismo;
- Garantir a disponibilidade do sistema nos níveis definidos no SLA;
- Prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- Realizar manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva da plataforma;
- Manter infraestrutura tecnológica adequada ao funcionamento da solução, responsabilizando-se integralmente pela hospedagem do sistema, inclusive quando operado em ambiente de computação em nuvem;
- Assegurar a manutenção, monitoramento e plena operacionalização do ambiente tecnológico que suporta a solução;
- Adotar e manter política formal de segurança da informação compatível com a natureza dos dados tratados;
- Adotar boas práticas de segurança da informação, gestão de privacidade e gestão de serviços de tecnologia da informação, observando, quando aplicável, padrões internacionalmente reconhecidos, tais como ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27701 e ISO/IEC 20000-1, ou normas equivalentes, sem prejuízo do cumprimento da legislação brasileira aplicável;
- Garantir a integridade, confidencialidade, disponibilidade e proteção das informações armazenadas contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou destruição indevida;
- Implementar e executar as rotinas de backup previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela integridade das cópias de segurança e pela possibilidade de restauração dos dados;
- Disponibilizar os dados à Administração ao término do contrato, em formato estruturado e interoperável, sem ônus adicional;
- Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), responsabilizando-se pelo tratamento adequado dos dados pessoais eventualmente processados na condição de operadora;
- Reconhecer que todos os dados produzidos, inseridos ou armazenados no âmbito da execução contratual são de propriedade exclusiva da Administração Pública;



- Garantir que o armazenamento e processamento dos dados observem a legislação brasileira aplicável, assegurando que eventual utilização de infraestrutura em nuvem não implique violação à soberania dos dados;
- Assegurar que os dados não sejam compartilhados, transferidos ou utilizados para finalidades diversas da execução contratual, salvo mediante autorização expressa da Administração ou obrigação legal;
- Comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados ou a continuidade do serviço;
- Responder por falhas de segurança ou indisponibilidade decorrentes de deficiência na infraestrutura tecnológica sob sua responsabilidade, ressalvadas hipóteses de caso fortuito ou força maior;
- Comunicar previamente eventuais manutenções programadas ou indisponibilidades;
- Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação.

8.2. Constituem obrigações da contratante:

- Designar gestor e fiscal de contrato;
- Disponibilizar as informações e parâmetros necessários à correta implantação da solução;
- Indicar os servidores que participarão do treinamento;
- Realizar a validação da implantação e emitir o Termo de Aceite quando atendidos os requisitos;
- Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas;
- Comunicar formalmente à contratadas eventuais falhas ou inconsistências identificadas;
- Utilizar a solução conforme as orientações técnicas fornecidas.

8.3. Subcontratação

8.3.1. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente das atividades acessórias, complementares ou instrumentais à execução do objeto, desde que não integrem o núcleo essencial da solução contratada e que haja prévia e expressa autorização da Administração.

8.3.2. Poderão ser subcontratados, entre outros serviços correlatos, os serviços de treinamento de usuários, migração de dados, suporte operacional de primeiro nível, hospedagem em infraestrutura de terceiros (data center ou cloud provider), bem como outras atividades auxiliares que não impliquem transferência da responsabilidade técnica pela solução.



-
- 8.3.3.** Não será admitida a subcontratação das atividades essenciais relacionadas ao fornecimento da licença de uso da solução, parametrização, administração da plataforma, gestão do sistema, manutenção corretiva e evolutiva, suporte técnico especializado e demais funcionalidades que constituam o objeto principal da contratação.
- 8.3.4.** A subcontratação ficará limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, vedada a subcontratação integral do objeto.
- 8.3.5.** A empresa subcontratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária compatível com a atividade a ser executada, sempre que solicitado pela Administração.
- 8.3.6.** A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive pelas atividades eventualmente subcontratadas, não havendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.7.** A autorização para subcontratação não exime a contratada do cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais e regulamentares assumidas perante a Administração.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Implantação

O pagamento referente à implantação e parametrização da solução somente será devido após:

- Conclusão das etapas previstas no item de Implantação;
- Disponibilização do sistema em ambiente de produção;
- Realização do treinamento dos servidores designados;
- Emissão do Termo de Aceite pela Secretaria.

O pagamento será realizado em parcela única, após o aceite formal.

9.2. Prestação Mensal Continuada (Licença SaaS)

A medição dos serviços continuados será realizada **mensalmente**, considerando o período correspondente ao mês de referência da prestação do serviço.



Para fins de aferição da execução contratual, serão observados os seguintes parâmetros mínimos:

- Disponibilização regular do sistema em ambiente operacional;
- Manutenção da infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da solução;
- Atendimento aos níveis mínimos de disponibilidade definidos no SLA;
- Prestação de suporte técnico aos usuários quando solicitado.

A comprovação da execução dos serviços poderá ocorrer mediante:

- Relatório de disponibilidade do sistema, quando aplicável;
- Registro de atendimento de chamados ou suporte técnico;
- Verificação direta pela fiscalização quanto ao funcionamento regular da solução.

A medição será formalizada mediante atesto do fiscal do contrato, que confirmará a regular execução dos serviços no respectivo período.

Após o atesto da execução, poderá ser autorizada a emissão da nota fiscal correspondente ao período mensal de prestação do serviço.

9.3. Condições de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados mediante:

- Apresentação de nota fiscal;
- Atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução;
- Verificação da regularidade fiscal da contratada.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços, observada a verificação da regularidade fiscal da contratada, as demais exigências legais aplicáveis e a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações da Administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Glosa ou Ajuste de Pagamento

Na hipótese de descumprimento dos níveis mínimos de serviço ou indisponibilidade injustificada da solução, poderá haver:



- Glosa proporcional do valor mensal;
- Aplicação das sanções previstas no contrato.

A eventual aplicação de glosa deverá ser precedida de notificação formal à contratada, assegurando o contraditório.

10. GARANTIA CONTRATUAL

10.1. Não será exigida garantia para a execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A opção pela não exigência de garantia contratual fundamenta-se na natureza do objeto, consistente no fornecimento de licença de uso de solução tecnológica em ambiente SaaS, acompanhada de serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e manutenção, não se verificando riscos que justifiquem a imposição da medida.

10.3. A não exigência de garantia busca preservar a competitividade do certame, evitar custos adicionais aos licitantes e assegurar a observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais mecanismos de responsabilização previstos na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 a contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação necessária para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



-
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando caracterizada inexecução parcial de menor gravidade, nos termos do art. 156 §2º, da Lei nº 14133/2021;
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g que justifiquem a imposição de penalidade grave (art. 156, §5º, da Lei);
- iv) Multa:
 - (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da parcela;
 - (2) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156 §9º).



11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ((art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação (art. 157).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art.156 §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referidas Lei (art. 159).



11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.9. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12. DA VIGÊNCIA E DA NATUREZA CONTÍNUA DO SERVIÇO

12.1. Natureza Contínua do Serviço

A contratação caracteriza-se como serviço de natureza contínua, tendo em vista que a solução tecnológica será utilizada de forma permanente pela Secretaria Municipal de Turismo para a gestão administrativa das atividades relacionadas ao cadastro de prestadores de serviços turísticos, controle de veículos turísticos, organização de eventos, gestão de informações estratégicas e atendimento ao público.

A interrupção da prestação do serviço implicaria prejuízo ao funcionamento regular das atividades administrativas, à gestão das informações institucionais e à continuidade das ações voltadas ao planejamento e desenvolvimento do turismo municipal.

Nesse contexto, verifica-se a presença dos elementos de essencialidade, habitualidade e necessidade permanente da prestação, razão pela qual a contratação enquadra-se como serviço de natureza contínua, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



12.2. Vigência

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

13.2. O marco inicial para a concessão do reajuste será a data do orçamento estimado da contratação, em conformidade com o disposto no §3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou impossibilidade de utilização do IPCA, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na sua ausência, outro índice que reflita a variação dos custos do setor, mediante justificativa e observância da legislação aplicável.

13.4. O reajuste será aplicado mediante solicitação da contratada e análise da Administração, devendo ser formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.

14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições constantes dos arts. 108 e 109 do Decreto Municipal nº 4.483/2025.

14.2. Caberá ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas estabelecidas, observadas as atribuições previstas no art. 109 do Decreto Municipal nº 4.483/2025.



14.3. Compete ao fiscal do contrato, observando o disposto no art. 18 do Decreto Municipal nº4.483/2025:

- Acompanhar a implantação da solução e verificar o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;
- Registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- Comunicar formalmente à contratada eventuais falhas ou descumprimentos;
- Solicitar a aplicação de penalidades quando constatadas irregularidades.

14.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela correta execução do objeto contratual.

14.5. Eventuais falhas na execução deverão ser sanadas pela contratada no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

14.6. A gestão e fiscalização do contrato deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

15.1. Modalidade de licitação – A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº14133/2021, por se tratar de contratação de serviço comum, cuja especificação pode ser objetivamente definida por meio de padrões usuais de mercado.

O procedimento licitatório adotará o modo de disputa aberto, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório.

15.2. Critério de Julgamento – O critério de julgamento será o de menor preço global, considerando o valor total da contratação, compreendendo implantação, licenciamento, suporte técnico e manutenção da solução durante o período de vigência contratual.



A adoção do critério de menor preço global justifica-se pela necessidade de integração plena entre implantação e prestação continuada do serviço, evitando fracionamento da solução e riscos à execução contratual.

15.3. Regime de Execução – O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando tratar-se de contratação com escopo previamente definido e remuneração certa.

15.4. Qualificação Técnica – Para fins de habilitação técnica, observado o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de aptidão para execução da parcela de maior relevância técnica do objeto, consistente no fornecimento, implantação e operacionalização de solução tecnológica em ambiente web (SaaS), mediante apresentação da seguinte documentação:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou satisfatoriamente serviços compatíveis com o objeto desta contratação, envolvendo, no mínimo, o fornecimento e implantação de sistema informatizado em ambiente web (SaaS), com funcionalidades de gestão, controle cadastral, emissão de documentos eletrônicos ou funcionalidades equivalentes;
- Comprovação de que a licitante é desenvolvedora, proprietária, detentora dos direitos de comercialização ou representante legalmente autorizada da solução ofertada, quando aplicável;
- Declaração de que a solução ofertada atende aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Termo de Referência.

15.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante e deverão demonstrar experiência compatível com a parcela de maior relevância técnica do objeto contratado.

15.4.2. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a compatibilidade com as características, quantidades e prazos do objeto da contratação.

15.5. O fornecedor selecionado deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como a qualificação econômico-financeira, mediante apresentação dos documentos exigidos pelos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa, incluindo, no mínimo:



-
- I- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos de identificação dos sócios ou administradores com poderes de representação;
 - II- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - III- Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais;
 - IV- Certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública Estadual, observada, quando aplicável, a Resolução Conjunta PGE/SER nº33/2024;
 - V- Certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública Municipal do domicílio da entidade;
 - VI- Certidão de regularidade municipal, quando exigível;
 - VII- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
 - VIII- Certidão de regularidade relativa a Seguridade Social e ao FGTS;
 - IX- Certidões emitidas pelos cadastros CEIS e CNEP;
 - X- Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, na forma da legislação aplicável;
 - XI- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
 - XII- Declaração de que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
 - XIII- Declaração de cumprimento da reserva legal, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, conforme art. 116 da Lei nº14133/2021.

As exigências deverão observar o princípio da proporcionalidade, vedada qualquer cláusula que restrinja indevidamente a competitividade.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada nos termos do art. 23 da Lei nº14133/2021, com base em pesquisa de preços realizada por meio de:

- Propostas comerciais apresentadas por empresas especializadas no fornecimento de sistema informatizado de gestão de turismo municipal em modelo SaaS;
- Análise de contratações similares firmadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Após consolidação dos valores obtidos e aplicação da média aritmética simples como critério de definição da estimativa, fixa-se como valor



estimado da contratação, para fins de planejamento e definição da disponibilidade orçamentária, o valor de R\$291.385,02 (duzentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e dois centavos).

O valor estimado será divulgado no instrumento convocatório, não constituindo preço máximo obrigatório, devendo o procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, propiciar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 02.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 004.

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001.

CÓDIGO DA NATUREZA: 04.122.0001.2.005

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.40.00.00

FONTE DO RECURSO: 1501

FICHA: 115

Arraial do Cabo, 12 de fevereiro de 2026

Elaborado por:

Flora Vianna Barreto
Assessor VI
Mat. 71.122

Aprovado por:

Genival Alves Pacheco Junior
Secretário de Turismo
Mat. 62.926

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DA PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR ANUAL REFERENCIAL
------	-----------	-------	-----	----------------------------



1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de prateleira, em ambiente web (SaaS – Software as a Service), com serviços de implantação, parametrização, migração de dados (quando aplicável), treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, destinada à modernização e ao aprimoramento da gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo	1	SERV	R\$ 193.396,40

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO



A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
10. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018



(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e o Decreto Municipal nº 4.381/2025 e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Enviada junto da documentação com os valores finais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00X/2026



PROCESSO: 204/2025

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR ANUAL REFERENCIAL
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de prateleira, em ambiente web (SaaS – Software as a Service), com serviços de implantação, parametrização, migração de dados (quando aplicável), treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, destinada à modernização e ao aprimoramento da gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo	1	SERV	R\$ xxxxxx,xx

O valor da proposta é de R\$ XXXX,XX (por extenso)

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/202x.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, _____ de _____ de 2026

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x, QUE FAZEM
ENTRE SI O XXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa Eletrônica Eletrônico nº xxx/202x, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor Global
1		

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente das atividades acessórias, complementares ou instrumentais à execução do objeto, desde que não integrem o núcleo essencial da solução contratada e que haja prévia e expressa autorização da Administração.

4.2. Poderão ser subcontratados, entre outros serviços correlatos, os serviços de treinamento de usuários, migração de dados, suporte operacional de primeiro nível, hospedagem em infraestrutura de terceiros (data center ou cloud provider), bem como outras atividades auxiliares que não impliquem transferência da responsabilidade técnica pela solução.

4.3. Não será admitida a subcontratação das atividades essenciais relacionadas ao fornecimento da licença de uso da solução, parametrização, administração da plataforma, gestão do sistema, manutenção corretiva e evolutiva, suporte técnico especializado e demais funcionalidades que constituam o objeto principal da contratação.

4.4. A subcontratação ficará limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, vedada a subcontratação integral do objeto.

4.5. A empresa subcontratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária compatível com a atividade a ser executada, sempre que solicitado pela Administração.

4.6. A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive pelas atividades eventualmente subcontratadas, não havendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. A autorização para subcontratação não exime a contratada do cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais e regulamentares assumidas perante a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA SEXTA – MEDIÇÃO E PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 Os pagamentos serão efetuados mediante:



6.2 Implantação

O pagamento referente à implantação e parametrização da solução somente será devido após:

- Conclusão das etapas previstas no item de Implantação;
- Disponibilização do sistema em ambiente de produção;
- Realização do treinamento dos servidores designados;
- Emissão do Termo de Aceite pela Secretaria.

O pagamento será realizado em parcela única, após o aceite formal.

6.3 Prestação Mensal Continuada (Licença SaaS)

A medição dos serviços continuados será realizada **mensalmente**, considerando o período correspondente ao mês de referência da prestação do serviço.

Para fins de aferição da execução contratual, serão observados os seguintes parâmetros mínimos:

- Disponibilização regular do sistema em ambiente operacional;
- Manutenção da infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da solução;
- Atendimento aos níveis mínimos de disponibilidade definidos no SLA;
- Prestação de suporte técnico aos usuários quando solicitado.

A comprovação da execução dos serviços poderá ocorrer mediante:

- Relatório de disponibilidade do sistema, quando aplicável;
- Registro de atendimento de chamados ou suporte técnico;
- Verificação direta pela fiscalização quanto ao funcionamento regular da solução.

A medição será formalizada mediante atesto do fiscal do contrato, que confirmará a regular execução dos serviços no respectivo período.

Após o atesto da execução, poderá ser autorizada a emissão da nota fiscal correspondente ao período mensal de prestação do serviço.

6.4 Condições de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados mediante:

- Apresentação de nota fiscal;
- Atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução;
- Verificação da regularidade fiscal da contratada.



O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços, observada a verificação da regularidade fiscal da contratada, as demais exigências legais aplicáveis e a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações da Administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Glosa ou Ajuste de Pagamento

Na hipótese de descumprimento dos níveis mínimos de serviço ou indisponibilidade injustificada da solução, poderá haver:

- Glosa proporcional do valor mensal;
- Aplicação das sanções previstas no contrato.

A eventual aplicação de glosa deverá ser precedida de notificação formal à contratada, assegurando o contraditório.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7.2. O marco inicial para a concessão do reajuste será a data do orçamento estimado da contratação, em conformidade com o disposto no §3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou impossibilidade de utilização do IPCA, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na sua ausência, outro índice que reflita a variação dos custos do setor, mediante justificativa e observância da legislação aplicável.

7.4. O reajuste será aplicado mediante solicitação da contratada e análise da Administração, devendo ser formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante além daquelas avençadas em Termo de Referência:

- a) Designar gestor e fiscal de contrato;
- b) Disponibilizar as informações e parâmetros necessários à correta implantação da solução;
- c) Indicar os servidores que participarão do treinamento;
- d) Realizar a validação da implantação e emitir o Termo de Aceite quando atendidos os requisitos;
- e) Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas;
- f) Comunicar formalmente à contratadas eventuais falhas ou inconsistências identificadas;



g) Utilizar a solução conforme as orientações técnicas fornecidas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 • Disponibilizar a solução tecnológica conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I);

- Disponibilizar a solução tecnológica conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- Realizar a implantação e parametrização da plataforma dentro do prazo estabelecido;
- Prestar treinamento aos servidores designados pela Secretaria de Turismo;
- Garantir a disponibilidade do sistema nos níveis definidos no SLA;
- Prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- Realizar manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva da plataforma;
- Manter infraestrutura tecnológica adequada ao funcionamento da solução, responsabilizando-se integralmente pela hospedagem do sistema, inclusive quando operado em ambiente de computação em nuvem;
- Assegurar a manutenção, monitoramento e plena operacionalização do ambiente tecnológico que suporta a solução;
- Adotar e manter política formal de segurança da informação compatível com a natureza dos dados tratados;
- Adotar boas práticas de segurança da informação, gestão de privacidade e gestão de serviços de tecnologia da informação, observando, quando aplicável, padrões internacionalmente reconhecidos, tais como ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27701 e ISO/IEC 20000-1, ou normas equivalentes, sem prejuízo do cumprimento da legislação brasileira aplicável;
- Garantir a integridade, confidencialidade, disponibilidade e proteção das informações armazenadas contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou destruição indevida;
- Implementar e executar as rotinas de backup previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela integridade das cópias de segurança e pela possibilidade de restauração dos dados;
- Disponibilizar os dados à Administração ao término do contrato, em formato estruturado e interoperável, sem ônus adicional;
- Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), responsabilizando-se pelo tratamento adequado dos dados pessoais eventualmente processados na condição de operadora;



- Reconhecer que todos os dados produzidos, inseridos ou armazenados no âmbito da execução contratual são de propriedade exclusiva da Administração Pública;
- Garantir que o armazenamento e processamento dos dados observem a legislação brasileira aplicável, assegurando que eventual utilização de infraestrutura em nuvem não implique violação à soberania dos dados;
- Assegurar que os dados não sejam compartilhados, transferidos ou utilizados para finalidades diversas da execução contratual, salvo mediante autorização expressa da Administração ou obrigação legal;
- Comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados ou a continuidade do serviço;
- Responder por falhas de segurança ou indisponibilidade decorrentes de deficiência na infraestrutura tecnológica sob sua responsabilidade, ressalvadas hipóteses de caso fortuito ou força maior;
- Comunicar previamente eventuais manutenções programadas ou indisponibilidades;
- Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não será exigida garantia para a execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A opção pela não exigência de garantia contratual fundamenta-se na natureza do objeto, consistente no fornecimento de licença de uso de solução tecnológica em ambiente SaaS, acompanhada de serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e manutenção, não se verificando riscos que justifiquem a imposição da medida.

10.3. A não exigência de garantia busca preservar a competitividade do certame, evitar custos adicionais aos licitantes e assegurar a observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais mecanismos de responsabilização previstos na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 a contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação necessária para o certame;



- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando caracterizada inexecução parcial de menor gravidade, nos termos do art. 156 §2º, da Lei nº 14133/2021;
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g que justifiquem a imposição de penalidade grave (art. 156, §5º, da Lei);
- iv) Multa:
 - (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da parcela;
 - (2) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156 §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ((art. 156, §7º).



11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação (art. 157).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art.156 §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referidas Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).



11.9. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.6.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.



14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:



15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca Judiciária de Arraial do Cabo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-